

Um novo Trabalho para um novo Capitalismo

A new Work for a new Capitalism

Cícero Oliveira^{1*}

Resumo: Neste estudo sobre o descontrole das condições sociais nascido no domínio econômico, examinamos, sob o amparo de algumas reflexões sociológicas, as consequências dos expedientes de flexibilização. A “ordem do descontrole” é, como procuramos argumentar, um fenômeno coevo à desregulamentação econômica do trabalho e da política. É pela precarização de duas das principais atividades às quais a modernidade confiou o planejamento das trajetórias de vida que a flexibilidade gera descontrole e sobrecarga de riscos e instabilidades as trajetórias individuais e coletivas. Interessa-nos examinar as medidas com que o sistema econômico contemporâneo, em função da livre circulação do capital no espaço global, pretende suprimir toda forma de planejamento, controle e circunspeção a longo prazo, em especial aquelas que concernem ao mundo do trabalho.

Palavras-chave: trabalho, flexibilidade, curto prazo, procrastinação.

Abstract: In this study on the lack of control of social conditions born in the economic domain, we examined, under the protection of some sociological reflections, the consequences of the flexibilization expedients. The “runaway order” is, as we seek to argue, a coeval phenomenon with the economic deregulation of labor and politics. It is by the precariousness of two of the main activities to which modernity has entrusted the planning of life trajectories that flexibility generates uncontrolled and overloads the individual and collective trajectories of risks and instabilities. We are interested in examining the measures by which the contemporary economic system, by virtue of the free movement of capital in global space, intends to suppress all forms of long-term planning, control and circumspection, especially those concerning the world of labor.

Keywords: work, flexibility, short term, procrastination.

1. O trabalho flexível

Quando Richard Sennett, em *A corrosão do caráter*, examinou as consequências pessoais do trabalho de curto prazo e flexível, um novo tipo de trabalho que é símbolo dos nossos tempos, admitiu de saída uma radical inflexão na ordem econômica que ele registrou com a expressão “novo capitalismo”.

A flexibilidade é a marca de um capitalismo que agora ataca as estruturas estáveis da operacionalidade, burocracia e males de sua rotina pregressas. O capitalismo renovado demanda um mercado de trabalho desregulamentado e

¹ Professor de Filosofia na UFG Regional Goiás. E-mail: cicerojosinaldo@ufg.br

trabalhadores flexíveis, a saber, pessoas de qualidades flutuantes, dispostas a assumir riscos contínuos, abertas a mudanças, projetos de curto prazo e sempre menos apoiadas em leis, medidas formais e outros mecanismos de estabilidade que ajudaram a plasmar a imagem do trabalho como carreira².

Na introdução para *A cultura do novo capitalismo* Richard Sennett sustenta ainda que a despeito do modo especificamente americano de lidar com o fenômeno da desregulamentação, as mudanças estruturais no trabalho por ele descritas com os olhos postos nos setores avançados da economia dos Estados Unidos, não têm decerto fronteiras nacionais. E isso envolve tanto o fato de que mesmo que ali os setores de ponta formem uma pequena fatia da economia, respondem por uma influência cultural muito acima dos valores numéricos que encerram, quanto o fato de que, como disse Daniel Bell, os Estados Unidos têm sido para todo o mundo “o protótipo do modo de vida burguês.” (Bell, 1994, p. 64).

Às razões apresentadas por Sennett e Bell devemos acrescentar a franca disposição com que o novo capitalismo – em todas as partes do globo e segundo os trâmites políticos que a economia agora é capaz de mobilizar – se mostra realmente decidido a expandir o domínio da flexibilidade sobre as regras do jogo político de um modo geral e sobre o mundo do trabalho em particular. Pois, de fato as, “formas

² “O sistema empregatício surgido no último século a partir de graves crises e conflitos sociais e políticos se apoia em *padronizações* intensivas em todas as suas dimensões básicas: do *contrato* de trabalho, do *local* de trabalho e da *jornada* de trabalho. A disposição da força de trabalho segue em sua configuração jurídica modelos contratuais que, em certa medida, são negociados em margens percentuais para setores e categorias profissionais inteiras. Tornou-se óbvio que o trabalho seja realizado de forma espacialmente concentrada, em (grandes) organizações fabris. O sistema empregatício também se assentava – com algumas exceções – até meados dos anos setenta na regra geral do ‘trabalho vitalício de jornada integral’ com parâmetro de organização temporal para o planejamento e mobilização de mão de obra na empresa, mas também para definir as circunstâncias biográficas. Esse sistema permite – em princípio – traçar claras delimitações entre trabalho e ócio, passíveis de fixação no espaço e no tempo, mas também contornos sociais e jurídicos distinguindo desemprego e emprego. *Em função das atuais e iminentes ondas de racionalização, esse sistema padronizado de pleno emprego começa a debilitar e a carcomer, através de flexibilizações a partir das margens, seus três pilares de sustentação – direito do trabalho, local de trabalho, jornada de trabalho.* Com isso, as fronteiras entre trabalho e ócio se tornam fluidas. *Formas flexíveis e plurais de subemprego se difundem.*” (Beck, 2010, p. 207. Nossos grifos).

flexíveis e plurais de subemprego se difundem.” (Beck, 2010, p. 207).

Há que se sublinhar, portanto, que embora estejamos situados em um espaço de transições, a extensão do alcance da flexibilidade nos faz testemunhas oculares de uma nova e independente função política da economia. Com feito, a flexibilização do mercado de trabalho implica o processo de partilha ou redistribuição de poder entre a política local e a economia global; aspecto cuja antinomia introduz uma aporia sem precedentes na própria “soberania” do Estado-nação.

Essa apreciação que nos reporta a um tema central das reflexões de Zygmunt Bauman, é, como mostra o autor, particularmente exemplificada num evento, já há algum tempo recorrente, discutido no artigo *O arquiteto do euro vai se confessar*. Neste texto de 1996 Pierre Bourdieu se sente provocado pela declaração aparentemente trivial de Hans Titmeyer, então presidente do banco central alemão. Em estilo lacônico, e com a segurança de quem fala obviedades, Titmeyer sustenta que “o que está em jogo hoje [na política] é criar condições favoráveis à confiança dos investidores. Para o que é necessário um rígido controle dos gastos públicos, o alívio da carga tributária, a reforma do sistema de proteção social e o desmantelamento das normas rígidas do mercado de trabalho.” (Bourdieu apud Bauman, 1999, p. 111).

A qualidade de ser flexível, exigida para o trabalho do novo capitalismo, refere-se à necessidade – economicamente autorreferida – de convertê-lo em uma variável ínfima o bastante para ser desconsiderada na trama da economia global marcada pela mobilidade do capital à procura de pastos verdes. A flexibilidade é o dispositivo que neutraliza as incômodas variações e custos que os investidores teriam arcar, no caso de não interporem medidas à antiga “rigidez” das regras com as quais o Estado social arbitrava as condições do mercado de trabalho. De forma que o índice e a eficiência da flexibilidade do trabalho, num cenário econômico global em que a própria condição de arbítrio político foi de algum modo subvertida, podem ser aferidas pelo vigor com que os investidores controlam a conduta da mão de obra e esvaziam o poder de resistência.

Flexibilidade é a qualidade de quem é elástico, arqueável e se dobra ou se curva sem opor resistência, de quem se acomoda às circunstâncias ou possui disposição para

condições e atividades diversas. Em *Vidas desperdiçadas* Zygmunt Bauman sublinhou que quando os políticos pedem aos eleitores que sejam flexíveis, querem na verdade “que se preparem para ter mais insegurança no futuro e busquem individualmente suas próprias soluções individuais para problemas socialmente constituídos” (Bauman, 2004a, p. 112).

Sem meias palavras, flexibilidade é algo que aponta para um conjunto de circunstâncias que escamoteiam uma nova modalidade de controle de difícil leitura. A desqualificação sistemática da rotina e da burocracia rígida, mas também a ênfase sobre a adaptabilidade da mão de obra às circunstâncias – estes motes com que a neoeconomia flexível alega oferecer liberdade aos indivíduos –, abole as antigas regras do trabalho mas ao mesmo tempo inaugura e põe em funcionamento novos dispositivos de opressão.

Sennett e Bauman avaliaram os efeitos desnorteantes que a instabilidade do trabalho e do novo regime flexível instilam nos indivíduos. Estas análises têm em conta o fato de que, de saída, as condições da oferta e da procura no mercado de trabalho são radicalmente assimétricas.

Se do lado da demanda por mão de obra “flexibilidade” implica a liberdade de dirigir-se às partes do globo em que o pasto é mais verde; aos lugares que admitem a condição de desconsiderar o que quer que seja economicamente irrelevante, do lado da procura se passa o inverso. Os que recebem as cartas ingressam num jogo em que as regras mudam segundo padrões essencialmente cambiantes de dos que operam o capital; aqueles que fazem e desfazem as regras: “os empregos surgem e somem assim que aparecem, são fragmentados e eliminados sem aviso prévio, com as mudanças nas regras do jogo de contração e demissão – e pouco podem fazer os empregados ou os que buscam emprego para parar essa gangorra.” (Bauman, 2004a, p. 113)

Presidido pelo pensamento de curto prazo, esse sinal inequívoco do capitalismo flexível, o mundo do trabalho se soma às novas condições sistêmicas que produzem e propagam incertezas e riscos cuja derradeira consequência é desafiar a existência da “confiança básica”; aquilo que Antony Giddens conceituou como a confiança “na continuidade dos outros e do mundo-objeto” (Giddens, 2002, p. 221). Por ser um aspecto estruturante da existência humana,

“um fenômeno genérico e crucial do desenvolvimento da personalidade” (Giddens, 2002, p. 11), a crise da estabilidade do mundo deve repercutir na própria formação do caráter, como registram as pesquisas de Richard Sennett.

Tendo destacado que o termo caráter concerta-se especialmente em compromissos de longo prazo que nos leva a postergar satisfações pessoais em vista de um fim futuro (algo que ocorre na lealdade e no compromisso mútuo), Sennett avaliou o quanto os valores do trabalho e as instituições flexíveis de curto prazo são incompatíveis com as experiências subjacentes à formação do caráter.

Se na questão do caráter valem “os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem” (Sennett, 2011, p. 88), importa considerar o que resiste como valor duradouro num sistema flexível ampla e progressivamente reconfigurado por uma economia de curto prazo. Uma economia que ao redefinir o trabalho e distingui-lo com a marca da mobilidade instaura uma verdadeira antinomia entre as qualidades do bom trabalho e as qualidades do bom caráter. Para Sennett, a substância da vida de trabalho numa economia orientada pelo curto prazo, resta inconciliável com o modo como o indivíduo deve conduzir-se eticamente.

Afinal “como buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojadas?” (Sennett, 2011, p. 10). Sennett observa que no novo mundo do trabalho as redefinições de mérito e talento remetem agora à qualidades cambiantes do indivíduo flexível; individualidade ideal do novo capitalismo. A volubilidade da nova economia e do trabalho impõem a decisiva questão do quanto fomenta a experiência social com o efêmero no plano dos valores, além das sensações de estar permanentemente à deriva e em condições de risco.

É verdade portanto que a ênfase sobre a flexibilidade deflagra uma mudança no próprio significado da palavra trabalho e de outras que lhe são correlatas. Sennett, por exemplo, observou que a palavra “carreira” em sua acepção originária, na língua inglesa, significava uma estrada para carruagens, e que uma vez aplicada ao mundo do trabalho passou a designar a trajetória das atividades econômicas de

alguém ao longo de toda vida. O capitalismo flexível inviabiliza a estrada reta da carreira desviando repentinamente os indivíduos de um tipo de trabalho a outro. Ele pressagia o fim do emprego como o conhecemos, anunciando em seu lugar o advento do trabalho por contrato organizado em torno de “projetos efêmeros”, notadamente saturados de recomeços e incertezas³.

Instabilidade e curta duração são, portanto, expressões que hoje traduzem as mais recentes marcas do trabalho. Tal “encurtamento do arco do tempo institucional”, como Richard Sennett sintetiza as recentes transformações do trabalho, “desorientou os indivíduos em suas tentativas de planejar estrategicamente suas trajetórias de vida, ao mesmo tempo que diminuiu a força disciplinadora da antiga ética do trabalho baseada na gratificação postergada.” (Sennett, 2006, p. 167).

Essas mudanças introduzidas no mundo do trabalho implicam uma inflexão na experiência social com o tempo, pelo que se forma uma mentalidade dominada pela curta duração, marcada por objetivos imediatos e experiências de curto prazo. Seu advento colocou em marcha a crise da disciplina de trabalho fundada sobre o princípio da procrastinação; o preceito da ética protestante de adiamento da satisfação que endossou e conferiu valor moral à acumulação do capital na fase “heroica do capitalismo” (Weber). A ética do trabalho descrita por Weber, duplamente fundada sobre uso autodisciplinado do tempo e sobre o valor da satisfação adiada, fora alicerçada em instituições suficientemente estáveis para conferir sentido à postergação. No limiar da modernidade, e por muito tempo, “dar duro e esperar” se manteve como um projeto socialmente difuso que, no mais das vezes, constituía uma experiência de profundidade na vida de trabalho e uma trajetória confiável.

No mundo do trabalho episódico em que as instituições se definem como flexíveis e se refazem

³ “A ‘casualização’ da força de trabalho não diz respeito apenas ao emprego de trabalhadores temporários ou subempregados externos; aplica-se também à estrutura interna da empresa. Os empregados podem estar vinculados a contratos de três ou seis meses, frequentemente renovados ao longo dos anos. Com isto, o empregador pode eximir-se de pagar-lhes benefícios como seguro de saúde e pensões. Além disso, os trabalhadores vinculados por contratos de curta duração também podem ser facilmente transferidos de uma tarefa a outra, alterando-se os contratos para adaptá-los à evolução das atividades da empresa. E a empresa pode contrair-se e expandir-se rapidamente, depenando ou contratando pessoal.” (Sennett, 2006, p. 50).

constantemente, a mentalidade de longo prazo subjacente à projeto vital de satisfação adiada entra em processo de erosão. O encurtamento do tempo institucional no regime flexível desnorteou os empenhos individuais relativos ao planejamento estratégico das trajetórias de vida, minando o preceito comportamental que amparou o capitalismo desde a aurora da modernidade. A nova ordem do curto prazo rompe em princípio com a ética, o tempo e as qualidades individuais requeridas para trabalho na fase heroica do capitalismo.

Em seu célebre ensaio *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Max Weber elucidou o parentesco íntimo e a combinação histórica entre e a ascese da ética protestante (incorporada às práticas econômicas de postergação) e a participação na vida aquisitiva. Suas análises começam por registrar que a cooperação entre os valores protestantes e a vida capitalista tem como ponto de ancoragem a vinculação peculiar que o protestantismo estabelece entre o trabalho e a noção religiosa de vocação. Weber observa que “o tratamento do trabalho como ‘vocação’ [profissional] tornou-se tão característico do moderno trabalhador, como a correspondente atitude aquisitiva do empresário” (Weber, 2001, p. 97). O teórico alemão insiste que na velha ética do trabalho por ele examinada o valor das práticas de austeridade e postergação, a partir de um controle sistemático do tempo de trabalho, se prende mais ao que nelas há de voluntário, de disciplina auto imposta, do que àquilo em que nelas pode haver de submissão passiva.

A explicitação de como a vida consagrada ao lucro e à aquisição pôde se tornar uma vocação para a qual o indivíduo se sentisse com obrigações éticas define a indagação central de Weber e situa o conceito de vocação no centro da obra.

O espírito do capitalismo, um tipo ideal⁴ que Weber considera distinto de sua forma (o processo de racionalização e sistematização da produção em vista do lucro), é algo que a título de síntese se expressa no substrato das lições de Benjamin Franklin. No contexto da metodologia weberiana, o caso Franklin funciona como elemento exemplar para uma descrição provisória deste conceito. Franklin, nas palavras do próprio Weber, “é um documento deste espírito, que contém

⁴ “Um conjunto de elementos associados na realidade histórica, que unimos em um todo conceitual do ponto de vista de seu significado cultural.” (Weber, 2001, p. 25).

aquilo que procuramos na sua pureza quase clássica.” (Weber, 2001, p. 35).

O fator decisivo que nas lições de Franklin permite a Weber tornar operacional a noção de “espírito capitalista” como uma certa mentalidade histórica, é, acima de tudo, o ideal de um indivíduo honesto que, dentro da legalidade, concebe e admite como dever o rigoroso empenho voltado para aumento do capital. Para Franklin, isso define o propósito principal, ilimitado, auto justificado e o sinal de virtude moral em suas ações e empreendimentos. Para Weber, o sinal inequívoco de que esta conduta expressa uma ética autêntica, e não apenas um entre outros modos de vida, é suficientemente manifesto no fato de que ela constitui um fim em si cuja ausência carrega a mácula subjetiva da indolência, do descuido, do desinteresse, da falta para com o dever, em suma, da fraqueza moral.

O espírito do capitalismo que Max Weber colhe nas máximas de Benjamin Franklin deve ser entendido como uma orientação, uma ética de vida que reconhece no empenho metódico consagrado ao trabalho e à perseguição implacável da riqueza, aliadas à negação de todo gozo espontâneo da vida (autodisciplina e postergação), um dever moral irrenunciável. A determinação em perseguir tais objetivos é encarada como “o resultado e a expressão de uma virtude e de uma proficiência em uma vocação” (Weber, 2001, p. 28). Uma vocação profissional cujos frutos e valores a serem provados trazem à ribalta da conduta ética uma forte tendência ascética notável nas pregações de Franklin arroladas por Weber, no que são particularmente representadas pela seguinte exortação:

Guarda-te de pensar que tens tudo o que possuis e de viver de acordo com isto. Este é um erro que cometem muitos que têm crédito. Para evitá-lo, mantém por algum tempo a conta exata de tuas despesas e da tua receita. Se tiveres o cuidado de, inicialmente, registrar os detalhes disso terá o seguinte efeito salutar: descobrirás como as mínimas e insignificantes despesas se amexam em grandes somas, e discernirás o que poderia ter sido e o que poderá ser economizado para o futuro, sem grandes inconvenientes. (Franklin *apud* Weber, 2001, p. 26).

A vocação profissional, ponto de intersecção entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, é algo que encontramos embrulhado no mesmo pacote que contém o ascetismo compreendido como princípio de adiamento da satisfação, aquilo que Weber chama de “ascetismo leigo”. Estes dois elementos que são inseparáveis também no sistema

econômico capitalista examinado por Weber, selam a inerência originária na radicação religiosa que têm em comum. O conceito religioso de vocação que a Reforma Protestante termina por anexar ao trabalho secular do cotidiano (conferindo-lhe assim um valor inusitado) desloca a devoção, mas também as reservas morais da ascese monástica, para o plano intramundano, no qual tais virtudes se traduzem fundamentalmente em autocontrole e postergação.

É este o sentido de ascetismo leigo transmitido pela Reforma: a maneira aceitável de viver, aos olhos de Deus, não passa, como pretende a ascese monástica, pela superação da moralidade secular, antes requer a resoluta devoção às tarefas confiadas ao indivíduo por meio da “vocação” profissional. O ascetismo leigo, como mostra obstinadamente o caso Franklin, é a prática de autonegação capitalista com ênfase sobre o uso disciplinado do tempo e a primazia do poupar sobre o gastar⁵. Para Weber, não há dúvida de “que já na palavra alemã *Beruf*, e, quem sabe, ainda mais, na palavra inglesa *calling*, existe uma conotação religiosa – a de uma tarefa ordenada, ou pelo menos sugerida, por Deus – que se torna tanto mais manifesta quanto maior for a ênfase no caso concreto.” (Webber, 2001, p. 43)

Weber defende que a responsabilidade na vocação profissional tão familiar ao capitalismo de seus dias, na verdade a ética social e a própria base deste sistema econômico, não é produto da natureza. Mas também adverte que antes mesmo de constituir um hábito formado pelo processo que é um misto de “educação” e “pressão”, com rédeas que estão sob o controle do capitalismo, o compromisso ético com a ideia de vocação com um sentido estritamente profissional (como valorização do cumprimento do dever dentro das profissões seculares), encontrou acolhida e uma posição de destaque no protestantismo a partir de Lutero. Graças à aplicação da noção peculiar de vocação ao

⁵ “combinando a restrição do consumo com essa liberação da procura de riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação de capital através da compulsão ascética à poupança. as restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo com investimento de capital. a força dessa tendência não é suscetível de mediação numérica exata. na nova Inglaterra, essa relação apareceu, entretanto, com tanta ênfase que não escapou aos olhos de um historiador minucioso como Doyle. mas, também na Holanda, que só chegou a ser governada pelo calvinismo mais estrito durante sete anos, a maior simplicidade da vida nos círculos mais religiosos, junto com uma grande riqueza, levou a uma grande propensão ao acúmulo de capital.” (ibid., id., 2001, p. 94).

trabalho, o capitalismo encontrou na ética protestante um poderoso aliado numa fase decisiva de seu desenvolvimento.

Para uma análise um pouco mais precisa da *Ética protestante* de Max Weber, particularmente atenta ao temperamento ou ao tipo de indivíduo implicado na organização de longo prazo, devemos considerar o que Richard Sennett afirma sobre o marco característico da teologia de Lutero, a saber, que “sua teologia é a do indivíduo” (Sennett, 2011, p. 124.) e não a do homem como membro de uma comunidade. Isso significa que aquele que houvesse renunciado a idolatria católica dos ícones teria de enfrentar sozinho as questões da fé.

O indivíduo protestante é eticamente responsabilizado por seu tempo vivido em particular, por moldar uma história de vida moralmente significativa. E embora possa controlar uma parte ínfima do que lhe acontece deve assumir responsabilidade por toda sua trajetória. Daí que deva ser tão diligente quanto possível. A declaração de Lutero de que ninguém pode estar seguro de sua própria contrição expressa a dúvida quanto à possibilidade do indivíduo protestante justificar sua história de vida, e, ao mesmo tempo, fornece o fundamento para a exigência do empenho zeloso no cumprimento de seus deveres.

Essa dúvida que atormenta o cristão protestante é expressa em toda sua dramaticidade nas doutrinas teológicas da predestinação e da prova, de João Calvino. Tudo parte do dogma calvinista de que o homem e o mundo existem para a glória de Deus. A eleição que Deus faz de certos homens também é para sua própria glória. Aquele que por obras constantes glorifica a Deus, sente subjetivamente assegurada a salvação de sua alma, embora ela de forma alguma decorra de tais obras. Para Calvino a fé tinha de ser provada por seus resultados objetivos, único meio de fornecer uma base segura para confiar na salvação e aliviar o terror da danação eterna.

Ainda que inúteis como meio de alcançar a salvação, as boas obras eram sinais indispensáveis de escolha ou da eleição, cuja dúvida acoitava permanentemente a mentalidade protestante. Tendo interditado o expediente “mágico” com que o sacerdote católico, pelo sacramento da absolvição, dispensava a expiação do penitente arrependido, o calvinismo lançou o crente “em um destino inexorável que não admitia alívio nenhum”. Daí que “o Deus do calvinista requeria de

seus fiéis não apenas ‘boas obras’, mas uma vida de boas obras, coordenada em um sistema unificado” (Weber, 2011, P. 64) de esforços, irremediavelmente privados de consumação.

No combate à aflição que atormenta o indivíduo, o calvinismo “oferecia ao protestante, em vez do bálsamo do ritual, um remédio mais amargo: trabalho árduo implacável, voltado para o futuro” (Sennett, 2011, p. 124). O calvinismo sistematiza e confere um vigoroso ímpeto ao empenho metódico que é um traço típico do ascetismo leigo, ao mesmo tempo em que reforça um temperamento ajustado ao planejamento extremo das trajetórias individuais, particularmente confiada à organização da história de vida a partir do trabalho árduo, com a possibilidade de obter aí um sinal de eleição. Weber destaca não ser produto de mero acaso que os participantes da última grande revivescência das ideias protestantes tenham sido chamados de “metodistas”. A expressão ressalta o fato de que apenas de uma mudança sistemática e minuciosa dos hábitos de vida, poderiam emergir sinais seguros da eleição.

No centro da célebre tese de Weber figura a descoberta de uma ética em princípio adaptável, e, do ponto de vista histórico, efetivamente adaptada às peculiaridades do capitalismo. Uma ética que para ser incorporada à estrutura econômica da vida social e prevalecer sobre as demais⁶ precisou emergir de algum lugar não a partir de manifestações esparsas de indivíduos isolados, mas antes como modo de vida comum a coletividades inteiras de homens. Para Weber, por obra do protestantismo e não por acaso, o “espírito capitalista”, ou antes, o espírito que anima o capitalismo na medida em que lhe confere motivação e legitimidade, pairava sobre Massachusetts (a terra natal de Benjamin Franklin) antes mesmo do efetivo estabelecimento do capitalismo. Weber compreende enfim que a maior disposição para poupar do que gastar, amparada num planejamento rigoroso do tempo de trabalho – ponto de intersecção entre ascetismo leigo e a

⁶ “Um estado mental como o expresso nas passagens que citamos de Franklin e que receberam o aplauso de todo um povo teria sido proscrito como o mais baixo tipo de avareza e como uma atitude inteiramente desprovida de respeito próprio, tanto na Antiguidade como na Idade Média, sendo, geralmente, ainda assim consideradas por todos aqueles grupos sociais que estão pouco envolvidos pelas condições do capitalismo moderno ou pouco adaptados a elas.” (Ibid., id., p. 29-30).

economia de seu tempo –, passa do protestante ao capitalista através das exigentes práticas de autodisciplina e autonegação.

“Se no começo o trabalho e as riquezas foram os signos da eleição, no século seguinte se converteram no em símbolos da respeitabilidade” (Bell, 2004, p. 68). Em Massachusetts Weber julgou encontrar o estado mental e o protótipo desta cultura social. Em suas análises, Franklin é o próprio ícone do homem motivado, decidido a dar provas de seu valor moral pelo trabalho, pela poupança e uso disciplinado do tempo.

Benjamin Franklin, o espirituoso e mundano diplomata, inventor e estadista, aparece nas páginas de Weber como temendo o prazer e obcecado pelo trabalho, por trás de seu exterior afável, contando cada momento de tempo como se fosse dinheiro, negando-se constantemente uma cerveja ou um cachimbo para poupar, pois cada centavo guardado servia em sua mente como um pequeno sinal de virtude. Por mais diligentemente que um homem ou mulher pratique a ética do trabalho, porém, persiste a dúvida sobre si mesmo. Franklin carrega o medo persistente de não ser bastante bom como é, mas nenhuma conquista jamais parece suficiente; não há consumações neste esquema de coisas (Sennett, 2011, p. 125).

É verdade que a velha disciplina de trabalho, com sua austeridade e disciplina marcantes, impunha fardos pesados que oprimiam sobremaneira o trabalhador. Weber os reconhece quando admite que dar provas de valor individual na forma de “ascetismo leigo” tendia para práticas autodestrutivas, que o compulsório adiamento da satisfação encobre uma fraude, pois uma vez que a aplicação aos esforços de trabalho e poupança nunca se consumam, também as recompensas prometidas jamais chegam.

Seja como for, não se deve esquecer que os valores do trabalho radicados na ética da satisfação adiada modelaram um estado mental, um temperamento ou um conjunto de traços morais e psicológicos a partir dos quais os indivíduos orientaram e modelaram suas vidas segundo projetos de longo prazo. Este, como sabemos, é o pano de fundo que desaparece justamente com a ética da procrastinação, cujo processo de desgaste é um fenômeno coevo ao advento do trabalho flexível.

A noção protestante de vocação que por um longo tempo orientou o mundo do trabalho era empregada, como o próprio Weber afirmou, “no sentido de um plano de vida, de uma determinada área de trabalho” (WEBER, 2001, p. 43.), enfim, de uma carreira. Uma carreira que o capitalismo

flexível se mostra realmente decidido a inviabilizar e, assim, a marcar o trabalho com o signo da eventualidade, do risco e da desorientação, refratárias a qualquer forma de planejamento. Trata-se neste caso de uma nova forma de trabalho cuja particularidade é não comportar projetos para organização de longo prazo das histórias de vida.

Com entusiasmo ou a contragosto os indivíduos ingressam agora em um mercado de trabalho que é cada vez menos receptivo ao planejamento estratégico de suas trajetórias profissionais. “O futuro profissional após a formação universitária não se perde no caminho, mas se torna imprevisível e incalculável. Consequentemente, o planejamento de longo prazo é, com frequência, substituído pela dedicação às possibilidades passageiras.” (Beck, 2010, p. 227).

“O homem-poupança”, analisado por Weber, é também o homem que pelo trabalho e de forma extremada “vive o futuro em cada parcela do presente”, que portanto e em última análise planeja a vida a partir das experiências com instituições estáveis com que ele modela a si mesmo. A gratificação era postergada no presente em vista de metas de longo prazo. Por muito tempo na história do capitalismo o trabalho foi definido segundo uma afinidade com o futuro (carreira), para o qual o trabalhador se voltava no sentido de organização de um plano de vida. Este aspecto do trabalho ancorado na estabilidade, numa certa confiança nas instituições humanas que nos permite o planejamento da vida, está chegando ao fim nas instituições de ponta do capitalismo flexível. De maneira inversa o trabalho agora se define como errático, episódico e arriscado. Integra o rol dos dispositivos para uma deliberada reorganização do tempo institucional, que na economia do novo capitalismo flexível e mutante é o tempo do curto prazo.⁷

⁷ Além de Richard Sennett, Zygmunt Bauman é um dos mais atentos analistas do problema da instabilidade. Para Bauman, assim como a acumulação não afeta apenas a ordem econômica (como mostra a ética do trabalho-poupança), também sob o domínio de uma mentalidade organizada segundo o pensamento de curto prazo, a provisoriabilidade se espalha e cria níveis correlacionados com repercussões pessoais seríssimas: “Os compromissos (contratos de emprego, acordos de casamentos, arranjos para ‘viver juntos’) são assumidos tendo-se em mente uma ‘opção de cancelamento’, sendo considerados mais desejáveis e de maior qualidade segundo a firmeza de suas cláusulas ‘de desfazimento’. Em outras palavras, está claro desde o início que o depósito de lixo será de fato, tal como deveria e como tende a ser, seu derradeiro destino. A partir do momento em que

2. A ética do novo trabalho e a crise da perícia

O princípio da satisfação adiada, fundamento axiológico da vida de trabalho segundo projetos de longo prazo e antiga base de sustentação do capitalismo, tem de perder o valor num regime cujas instituições mudam rapidamente. A flexibilização do trabalho, com todas as implicações que isso comporta, é um fenômeno emergente de codificação ética própria com novas convicções sobre mérito e talento, que traduzem o colapso e mesmo a inversão da antiga ética do trabalho com ênfase sobre a vocação, a competência, as habilidades e as realizações de longo prazo.

O fenômeno da flexibilização implica portanto o fim do trabalho como conjunto de práticas que podiam sustentar o sistema valorativo tradicional do capitalismo, no qual “o indivíduo colhido nos labores do ascetismo leigo lutando para adquirir controle sobre si mesmo [...], realizava a teologia do indivíduo de Lutero num mundo secular.” (Sennett, 2011, p. 13). Isso significa que os valores do trabalho que dependiam de um vigoroso senso de caráter pessoal, alicerçado sobre o uso autodisciplinado do tempo, com ênfase em práticas voluntárias ou auto impostas, estão agora mais dependentes de qualidades flutuantes do indivíduo flexível; o indivíduo adaptável às circunstâncias essencialmente cambiantes de uma economia global e politicamente emancipada.

Ao contrário da ética precedente, a ética do novo trabalho tem as raízes lançadas num ordenamento econômico inteiramente voltado para o presente, em cujo contexto as virtudes da vida de trabalho se definem mais em termos de aptidões potenciais e de empenhos colaborativos (claramente

nascem, os compromissos são vistos e tratados como refugio em potencial. A fragilidade (do tipo biodegradável) é, portanto, vista como uma vantagem deles. É fácil esquecer que os compromissos que criam vínculos foram procurados em primeiro lugar, e continuam a ser procurados, para se eliminar aquela desorientadora e aterrorizante fragilidade da existência humana. Esvaziada da confiança, saturada de suspeita, a vida é assaltada por antinomias e ambiguidades que ela não pode resolver. À espera de ir em frente sob o signo do lixo, ela cai do desapontamento para a frustração, aterrissando a cada vez no próprio ponto de que desejaria escapar quando começou sua jornada exploratória. Uma vida assim vivida deixa atrás de si uma série de relacionamentos frustrados e abandonados – o refugio das condições globais de terra de fronteira, notória por reclassificar a confiança como um signo de ingenuidade e uma armadilha para o inábil e o simplório.” (Bauman, 2004a, p. 115-6).

situados na superfície da experiência profissional) do que em termos de capacidades e talentos individuais fundados na autodisciplina, na vocação ou na experiência acumulada. Daí que a “superficialidade degradante”, a ausência de objetivos duráveis somada à ênfase nas qualidades fugidias do indivíduo flexível, seja para Sennett o signo do novo trabalho e dos valores que o orientam. O destaque dado à cooperatividade e à adaptabilidade às circunstâncias, típicas do trabalho em equipe, traduzem os valores da ética do trabalho que se situam na superfície, na dimensão mais rasa da experiência profissional.

Esses valores, como os da antiga ética do trabalho, estipulam igualmente que “só um tipo de ser humano é capaz de prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias” (Sennett, 2011, p. 13). Mas, ao contrário do que se passava no regime em que prevalecia o imperativo ético da procrastinação, a individualidade ideal do regime flexível deve antes de tudo saber se ajustar à organização do trabalho segundo projetos de curto prazo. Assim como deve estar permanentemente disposta a mudar não apenas de uma tarefa para outra, mas também de um emprego a outro e de um lugar a outro. No limite, o indivíduo ideal deve estar disponível para improvisar sua própria narrativa de vida e se desvencilhar das experiências precedentes.

Há que se destacar ainda, em atenção às reflexões de Richard Sennett, que no domínio da flexibilidade esse desafio impõe problemas incontornáveis ao desenvolvimento do talento profissional como ele foi tradicionalmente admitido. Pois o fluxo constante das exigências renovadas impele à necessidade contínua de descobrir e fazer aflorar capacidades potenciais de breve vida útil.

O domínio da flexibilidade que avança sobre o mundo do trabalho combate o talento e o mérito pressupostos na determinação de aprender a fazer bem apenas uma única coisa. Este compromisso que é o espírito típico do artesanato, e a substância mesma da antiga noção de “vocação profissional”, é algo que no domínio do mundo flexível tende a revelar-se economicamente destrutivo. Razão porque talento e mérito têm de ser redefinidos sob condições instáveis. É neste contexto que o ideal do artesanato, corporificado na perícia, cede lugar às habilidades potenciais do indivíduo flexível, e o valor da capacidade de adaptação às

circunstâncias sobrepuja o mérito das realizações passadas, que doravante devem ser deixadas para trás.

É oportuno destacar o que Richard Sennett disse a respeito desse fenômeno realmente singular. Abrir mão das experiências e permitir que o próprio passado fique para trás no mundo do trabalho, em nome de habilidades potenciais, isto é, da *adaptabilidade*, implica a exigência de um temperamento, um traço de caráter específico do indivíduo desejável ao novo capitalismo⁸. Esta individualidade ideal orientada pelo curto prazo “só pode ser encontrada – para colocar as coisas em termos simpáticos – em seres humanos nada comuns. A maioria das pessoas não é assim, precisando de uma narrativa contínua em suas vidas. Orgulhando-se de sua capacitação em algo específico e valorizando as experiências por que passou.” (Sennett, 2011, p. 14)

Todo centavo que Benjamin Franklin amealhava ao preço da satisfação pessoal ressoava à si mesmo como sinal de virtude num cenário em que “tempo é dinheiro”, mas também num cenário em que as virtudes do trabalho (a despeito de toda avareza manifesta), leva em conta a realizações passadas materializadas na riqueza; símbolo derradeiro do mérito que revela um certo talento pessoal ou da perícia em algo. Sob a ética da procrastinação uma pilha de dinheiro e um tanto de bens somente se convertiam em símbolos de respeitabilidade se nascessem do empenho zeloso numa vocação. O que significa que, mesmo sob o signo do ganhador de dinheiro, em última análise, estão em conta a trajetória, as habilidades e as experiências pessoais do indivíduo trabalhador. Portanto, parece-nos suficientemente claro que aí os conceitos de vocação e virtude – ainda que simbolizados na riqueza –, em alguma medida encerram aquele ideal do artesanato que em geral encontramos no

⁸ Richard Sennett também trata sobre as novas ‘virtudes’ do trabalho em *A corrosão do caráter*. Nesse contexto há uma espirituosa passagem que vale a pena reproduzir: “capacidade de desprender-se do próprio passado, confiança para aceitar a fragmentação: estes são dois traços de caráter que aparecem em Davos [cidade sede do Fórum Econômico Interacional] entre pessoas realmente à vontade no novo capitalismo. São traços que encorajam a espontaneidade, mas ali na montanha essa espontaneidade é, na melhor das hipóteses, neutra. Esses mesmos traços de caráter que geram a espontaneidade se tornam mais autodestrutivos para os que trabalham mais embaixo no regime flexível. Os três elementos do sistema de poder flexível corroem o caráter de empregados mais comuns que tentam jogar segundo as mesmas regras. Ou pelo menos foi o que constatei descendo da montanha mágica e voltando a Boston.” (Sennett, 2011, p. 73).

talento; a perícia implícita no empenho em fazer uma só coisa para fazê-la bem.

A maneira mais breve, ainda que um tanto superficial de ilustrar a guinada nos valores do trabalho, consiste em explicitar as diferenças conflitantes entre a *perícia* e as *habilidades potenciais* hoje requeridas pelas organizações de ponta no mundo do trabalho. Tais exigências comportam as respectivas experiências de profundidade e de superfície subjacentes à vida de trabalho do capitalismo tradicional e do novo capitalismo. Elas informam o teor das transformações culturais efetivadas no interior deste sistema econômico, implicadas na mudança de ênfase em tarefas de longo prazo à transações de curto prazo.

A mais abrangente definição de perícia, como Sennett a apresenta, consiste em “fazer algo bem feito apenas por fazer. A autodisciplina e a autocrítica”, neste caso, “estão presentes em todos os terrenos da perícia; os padrões devem ser observados e a busca da qualidade também se torna um fim em si mesmo” (Sennett, 2011, p. 98). Na perícia importa o compromisso notadamente desinteressando, do ponto de vista do indivíduo, com a qualidade da objetivação.

Em qualquer plano profissional, tanto no capacitado quanto no não-capacitado, da engenharia mecânica ao trabalho doméstico, o indivíduo tem o seu desempenho julgado pelo objeto produzido ou pelo serviço prestado ter sido bem feito ou não. Assim, a capacidade de proporcionar orgulho pelo que é bem feito é um traço característico da perícia. Por ela, a qualidade da objetivação se torna um fim em si mesmo; algo que é feito por sua própria importância. A perícia é um dos traços inconfundíveis do *homo faber*. O que ela supõe é a capacitação em algo específico, (sinal de compromissos e esforços sistemáticos do indivíduo), o valor das experiências sem as quais não teria sido cultivada, mas também um sentido humano de objetividade que independe de considerações subjetivas de qualquer tipo.

A substância do conflito entre a perícia e as instituições do capitalismo flexível, particularmente o trabalho, é expressa no compromisso de longo prazo embutido na qualidade da objetivação de que a perícia não pode ser destacada. Sob o espírito da perícia, quanto mais habilitados para o exercício de uma atividade, mais nos preocupamos em bem desenvolvê-la. Todavia, o aprofundamento é

precisamente o que não se ajusta aos projetos e tarefas de curto prazo que nas organizações flexíveis passam por constantes alterações. Neste terreno avesso a rotinas, teme-se que as experiências profissionais lancem raízes.

No âmbito da flexibilidade o empenho em certa medida obsessivo da perícia (signo de mérito e virtude na antiga ética do trabalho) tende a ser radicalmente desqualificado como vício, bloqueio pessoal e apego à rotina. A perícia requer tempo para um mergulho profundo e intenso em certas experiências da vida de trabalho. Mas este requisito vai de encontro com as instituições que demandam dos indivíduos *habilidades potenciais múltiplas*, a saber, a capacidade de improvisar em muitas coisas e de se acomodar às circunstâncias cambiantes da nova economia.

Nas instituições de ponta do mundo flexível a perícia já é de fato um obstáculo a ser vencido. Seu antigo posto de virtude e (ao lado da procrastinação) valor supremo na ética do antigo trabalho, passa a ser ocupado pela “aptidão potencial” que é essencialmente inespecífica – uma anti-perícia por definição. Dela derivam a superficialidade e a condição de fluidez que Richard Sennett mostrou ser de fato degradantes na vida de trabalho. Já que, por tais atributos, o novo trabalho acaba erodindo o valor das realizações e das experiências acumuladas por meio de capacitações fixas e sob condições estáveis⁹.

A fragilidade do controle sobre o trabalho nas organizações de ponta do capitalismo, nas quais tal atividade não mais se define como uma posse e nem mesmo tem um conteúdo fixo, demanda realmente um novo traço de caráter. Quando o trabalho se converte em uma posição vacilante numa rede de mudanças constantes, as instituições valorizam

⁹ “Uma organização em que os conteúdos estão constantemente mudando requer mobilidade para resolver problemas; qualquer envolvimento profundo num problema seria contraproducente, pois os projetos terminam tão abruptamente quanto começam. O analista de problemas que pode seguir em frente, cujo produto é a possibilidade, parece mais afinado com as instabilidades que governam o mercado global. A capacitação social exigida por uma organização flexível é a faculdade de trabalhar bem com outros em equipes de curta duração, mas não haverá tempo para conhecer os outros bem. Toda vez que a equipe se dissolve e o indivíduo entra para um novo grupo, o problema a ser resolvido é entrar em ação com a possível rapidez junto a esses novos colegas. ‘Posso trabalhar com qualquer um’, eis a fórmula social da aptidão potencial. Não importa quem é a outra pessoa; nas empresas sempre em rápida mudança, não pode importar. A capacitação do indivíduo está na cooperação, quaisquer que sejam as circunstâncias.” (Sennett, 2006, p. 117).

não as capacitações fixas incorporadas na perícia, mas antes as aptidões postiças e superficiais.

Neste contexto, flexibilidade é uma circunlocução para a “virtude” cardeal do novo capitalismo que, sem subterfúgios, poderíamos chamar pura e simplesmente de resignação. Se é verdade que no novo capitalismo nasce um “mundo de trabalho de estilo roleta” (Sennett, 2011, p. 14), espera-se que os indivíduos sejam apenas bons jogadores, que aceitem e se acomodem da melhor forma possível às regras flutuantes do novo jogo econômico. Um jogo (de azar e não de habilidades, de aptidões potenciais e não de perícia) cioso em fazer das necessidades de jogar uma virtude, e da disposição para correr riscos um ato de heroísmo e uma atitude empresarial de valor.

Abrir mão da perícia, das experiências acumuladas, do passado e da própria condição de estabilidade que a vida humana reclama, supõe um traço de caráter realmente incomum, um temperamento extraordinário determinado a se alojar na desordem de uma economia marcada por contingências e riscos insondáveis. Mais do que a capacidade de se desprender de seu próprio passado e de sustentar uma decidida tolerância para com a fragmentação, a força de caráter ajustada ao novo capitalismo precisa ainda estar disposta a arriscar. Tanto mais que a desorientação do trabalho no mundo flexível, como em todo jogo de azar, implica uma marcha para a incerteza.

Ulrich Beck afirmou que na “modernidade avançada, a produção social de riqueza é sistematicamente acompanhada pelas produções sociais de riscos” (Beck, 2010, p. 178). Com efeito não há dúvidas de que o capitalismo flexível é também, em última análise, um sistema econômico de risco no qual a disposição para arriscar, mais do que um atributo da atitude aquisitiva do empresário, se torna (por força de necessidades econômicas) um sentimento de dever que se espera encontrar no trabalhador exemplar. Na cultura de instabilidade que vem emergindo, as qualidades do trabalho se afina mais com explorar posições numa rede de possibilidades móveis do que ficar parado num emprego precário que não dá os menores sinais de firmeza.

Uma vez alinhado aos incertos lances de uma roleta, o trabalho já não pode ser institucionalmente planejado numa economia de risco. O que esta nova economia requer de seus

agentes, empresários e trabalhadores, é a confiança inabalável para permanecer e habitar na desordem de que a própria produção social de riqueza agora depende.

Parodiando o dito de Weber acerca da centralidade da “vocação” no velho sistema de trabalho de seus dias, diríamos hoje que o tratamento do trabalho como “risco” tornou-se tão característico do moderno trabalhador, como a correspondente atitude aquisitiva do empresário. Tanto quanto investir, trabalhar em inúmeras frentes e ser flexível, sob condições de riscos, é o modo mais sensato de se instalar em meio a fragmentação e a instabilidade. É a energia particularmente necessária à vida de trabalho que já não procura e nem deve tentar se fixar ou mesmo se planejar, e, de um modo geral, o traço de uma existência despendida em estado de puro processo.

Do ponto de vista da vida privada de estabilidades, propensa à mudanças e imergida em processos, cabe fazer a derradeira consideração a respeito da crise da perícia no modo como a encontramos na reflexões de Richard Sennett.

Dissemos acima que a perícia artesanal, compreendida como o compromisso desinteressando com a qualidade das objetivações, manifesta um dos traços inconfundíveis do *homo faber*. De sua erosão, incontornável no mundo do trabalho que emerge, resulta outra questão decisiva em nossos dias: mais do que o provável fim do compromisso em fazer alguma coisa bem-feita, o que a atual crise da perícia denuncia é a ruína do valor objetivo de tais coisas. Quando admitimos que “alguém só utilizará as palavras correto e bom para elogiar a maneira como algo foi feito se acreditar num padrão objetivo exterior a seus próprios desejos, e mesmo exterior à esfera das recompensas que partam de outros” (Sennett, 2013, p. 178), compreendemos por que a crise do envolvimento em profundidade (aspecto característico da perícia) supõe o declínio daquele padrão de objetividade com que conferimos valor em si ao mundo humano das objetivações.

O valor conferido à qualidade das objetivações, independentemente de considerações subjetivas, nos reporta ao modo caracteristicamente humano de relação com os artefatos, cujo pressuposto é a consecução de algo importante o bastante para justificar a si mesmo. Em última análise, o que a qualidade de qualquer objetivação supõe é o espírito do

artesanato; o compromisso desinteressando com a edificação de um mundo objetivo de coisas, que é o princípio da perícia em particular, e do *homo faber* em geral.

Se o espírito do artesanato finalmente sucumbir aos valores do trabalho e da cultura econômica em ascensão, veremos abatida uma parte decisiva do compromisso humano implícito na edificação e na relação com o mundo. Sob a ruína crescente deste da estabilidade numa economia de consumo (a outra face de uma economia do curto prazo), prevalecem os critérios subjetivos de valoração do mundo que fazem da sobrevivência, da fruição do gozo ou simplesmente do processo vital – substituo duvidoso objetividade e da duração –, os únicos critérios para a relação com as coisas e o mundo humano¹⁰.

Referências

Arendt, H. (2010). *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Arendt, H (2006). *Trabalho, obra, ação. Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 7, p. 187-213. 2006c.

Aristóteles. (2000). *Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural.

Baudrillard, J. (2011). Significado da publicidade. In: Lima, L. C. (Org.). *Teoria da cultura de massa*. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 317-327 .

Bauman, Z. (2011). *44 Cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011b.

Bauman, Z. (2011). *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011a.

¹⁰ “O valor mais característico da sociedade de consumidores, de fato seu metavalor, o valor supremo em relação ao qual todos os outros são levados a justificar seus próprios valores, é a *vida feliz*. Nossa sociedade de consumidores talvez seja a única na história humana a prometer felicidade na *vida terrena, aqui e agora*, em cada um e todos os ‘agora’ – uma felicidade não postergada e sempre contínua; é a única que se abstém de justificar qualquer variedade de *infelicidade*, que se recusa a tolerá-la e a apresenta como uma abominação a exigir castigo para seus culpados e compensação para as vítimas.” (Bauman, 2011a, p. 171).

Bauman, Z. (2010). *Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010a.

Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Z. (2009). *Globalização – as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Z. (2010). *Vida a crédito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010b.

Bauman, Z. (2004). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004a.

Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo – a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Beck, U. (2010). *Sociedade de risco*. São Paulo: Editora 34.

Bell, D. (1994). *Las contradicciones culturales del capitalismo*. México: Alianza Editorial.

Jardim, E. (2011). *A duas vozes. Hannah Arendt. Pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lipovetsky. G. (2011). *A cultura mundo*. Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras.

Lipovetsky. G. (2009). *A era do efêmero*. Ensaios sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2009a.

Lipovetsky. G. (2009). *A tela global*. Mídias culturais e cinema da era hipermoderna. Porto Alegre-RS: Editora Sulina, 2009c.

Lipovetsky. G. (2007). *Felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

Lipovetsky. G. (2009). *O império do efêmero*. A moda e seus destinos nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009b.

Lipovetsky. G. (2008). *O luxo eterno*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lipovetsky. G. (2007). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarola, 2007b.

Lima, L. C. (Org.). (2011). *Teoria da cultura de massa*. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra.

Sennett, R. (2011). *A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no nova capitalismo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record.

Sennett, R. (2006). *A nova cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record.

Weber, M. (2001). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2 ed. rev. São Paulo: Cengage Learning.

Weber, M.(2005). *Conceitos básicos de sociologia*. 4 ed. São Paulo: Centauro Editora.